

O acontecimento Mariana e as convocatórias de sentido na mídia: o passado mineiro de casos com barragens

*Mariana event and the sense convocation in the media:
the miner past from cases involving dams*

Marcos MEIGRE¹

Resumo

Este artigo analisa o conceito de acontecimento e seu caráter de individuação para compreender como o caso de Mariana é descrito pela mídia e suscita, em sua narrativização, outros desastres ambientais envolvendo barragens em Minas Gerais. A partir de elucidações de Queré (2005, 2012), França (2009, 2012), Simões (2014) e Babo-Lança (2012), o acontecimento é discutido em correlação à memória e à temporalidade, haja vista a recorrência de casos no estado. Percebeu-se que a mídia televisiva e publicações jornalísticas online convocaram alguns aspectos similares ao tratar do passado do acontecimento, mas também se distinguiram ao selecionar casos diferentes entre si e, dessa forma, conceder visibilidade a elementos distintos do passado de um mesmo acontecimento.

Palavras-chave: Acontecimento. Memória. Temporalidade. Mariana. Barragem.

Abstract

This article analyse the event theory and your individuation to understand how Mariana's situation is described by the media and raises, in your narrativization, other environmental disasters involving dams in Minas Gerais. Based on Queré (2005, 2012), França (2009, 2012), Simões (2014) and Babo-Lança (2012), the event is discussed in a direct relation with memory and temporality, because there are recurrent cases in the region. We observed that TV and online notices showed similar aspects when they explore the past of the event, but they present differences when choose different situations to report and give visibility to different elements from the past of a same event.

Keywords: Event. Memory. Temporality. Mariana. Dam.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG.
E-mail: marcosmeigre@hotmail.com

Introdução

No dia 5 de novembro de 2015, por volta de 4 horas e 30 minutos daquela tarde de quinta-feira, os veículos jornalísticos começaram a noticiar um acontecimento trágico na cidade de Mariana, em Minas Gerais: o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério, operada pela empresa Samarco. Ainda sem maiores detalhes sobre o fato, números eram divulgados com frequência, numa constante empreitada de atualização e sistematização das reais informações. O que se observou a partir daquela quinta-feira foi a atenção midiática voltada às terras mineiras – não vislumbrando belezas naturais ou o passado histórico que caracteriza o estado (principalmente a região de Mariana e Ouro Preto, em se tratando de memórias de uma mineiridade atrelada aos primórdios do estado), mas o foco se deteve na tragédia, na força desoladora de um acontecimento impactante.

As informações iam sendo retransmitidas ao público conforme se divulgavam notas do Corpo de Bombeiros, do governo, da mineradora e outras instâncias diretamente envolvidas. Num estado reconhecido pela pujança mineradora, logo começaram a descortinar outros casos similares – envolvendo barragens de minério ou outros tipos de barragens já rompidas em Minas. O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em Mariana, não foi o primeiro caso de desastre ambiental em terras mineiras. Em outras cidades, acontecimentos similares já causaram problemas ao ecossistema e à biodiversidade regional – como foi o caso do rompimento de uma barragem da mineradora Rio Pomba-Cataguases, na cidade de Miraí, em 2007, e ainda a barragem rompida em Cataguases, no ano de 2003, que derramou mais de um bilhão de litros de um licor negro no Rio Pomba e atingiu o mar.

Diante desse cenário, nossa proposta é refletir sobre a retomada destes acontecimentos no universo midiático, buscando entender como tais situações são lembradas pela mídia a partir da individuação do acontecimento de Mariana e que sentidos se busca produzir ao rememorar tais ocorrências. Analisamos duas reportagens televisivas e três matérias online publicadas por portais regionais. Antes de adentrar às ponderações analíticas, contudo, discorreremos sobre os conceitos de acontecimento e memória.

1 Nas minas do minério: acontecimento e memória

A todo momento somos interpelados por uma série de ocorrências que nos chegam por meio das interações sociais e das práticas comunicativas. Somos informados sobre situações políticas de países estrangeiros, de entraves econômicos para a economia global, de disputas territoriais e de poder em regiões conflituosas, de desastres ambientais, de assassinatos e crimes das mais diversas espécies e motivados pelas mais variadas razões. Somos também tocados por ocorrências mais próximas ao nosso universo individual, como a queda de uma árvore na rodovia em que transitamos diariamente, um deslizamento de terra em nosso bairro, a chegada de um familiar ou amigo em nossa casa para uma temporada de férias, dentre inúmeras outras. Todas estas enumerações trazidas anteriormente nos interpelam em nosso cotidiano – seja pelo contato direto com outros indivíduos, seja pela recepção de conteúdos midiáticos. São, por conseguinte, acontecimentos.

Segundo o sociólogo francês Louis Quéré (2005), os acontecimentos podem ser de ordem variada: uns são programados, outros atingem proporção maior e incidem sobre públicos diversos; alguns ganham espaço na mídia e difundem uma cadeia de discussões sociais. De qualquer modo, todo acontecimento, nesta visão adotada por Quéré, é da ordem da experiência e, nesse sentido, remete ao pragmatismo da Escola de Chicago – notadamente em autores como Dewey e Mead. Dewey, por exemplo, considera que “toda experiência é resultado da interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo em que ela vive” (DEWEY, 2010, p.122). Nesta interação, há uma travessia na qual se estabelece um agir e um sofrer (SIMÕES, 2014).

Seja de caráter pessoal ou de proporções coletivas, “o acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece” (FRANÇA, 2012, p. 13). É por esta razão que todo e qualquer acontecimento não deve ser entendido por si só, mas na afetação que provoca a alguém. Sem os sujeitos, qualquer acontecimento não é capaz de produzir significados e estabelecer uma cadeia de sentidos.

Quando é destacado dos demais, um acontecimento adquire um caráter de individuação, quer dizer, torna-se singular (SIMÕES, 2014) e assume uma dimensão de

unicidade, de exclusividade. Tornar individual um acontecimento é, para Quéré (2005), proceder do mesmo modo quando buscamos individualizar uma pessoa ou uma coisa. Para que tal individuação proceda, França (2009) sugere cinco passos: descrição (quadros de sentido suscitados pelo acontecimento; inserção em categorias); narrativização (inserção do acontecimento numa seqüencialidade temporal, atrelado a um passado e um futuro); pano de fundo pragmático (o acontecimento provoca reações); caracterização como problema público (o acontecimento afeta a coletividade e, por isso, desperta interesse público) e normalização (o acontecimento inserido num contexto que busca eliminar o estranhamento inicialmente provocado por ele).

É para estas dimensões que nos atentamos neste trabalho, dando ênfase à descrição, narrativização e normalização. Antes, porém, ressaltamos que a lógica estruturante de um acontecimento envolve a novidade, a imprevisibilidade, mesmo ele estando inserido num contexto específico que lhe possibilitou a ocorrência. “Quando um acontecimento se produziu, qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é o mesmo: as coisas mudaram. O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade”. (QUÉRÉ, 2005, p. 61). Contudo, esta continuidade só se faz notada após a ruptura provocada pelo acontecimento, que convoca um contexto específico para explicá-lo. A descontinuidade provocada por um acontecimento causa surpresa, espanto, indignação, mas logo buscamos inseri-lo numa esfera de compreensibilidade:

[...] fazemos tudo quanto está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos: reconstruímos, através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta; restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou, ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível (QUÉRÉ, 2005, p. 61)

O esforço por tornar um acontecimento compreensível se deve ao interesse em inscrevê-lo em quadros de sentido, de modo que toda a surpresa causada por ele no instante de sua irrupção seja revertida e inserida em um contexto que o explique. Para tanto, o acontecimento se caracteriza como um elemento capaz de mobilizar temporalidades distintas. O acontecimento, na visada pragmatista, é vislumbrado como

uma saliência que irrompe no presente e sob condições específicas de um contexto, convocando um passado e um futuro (SIMÕES, 2014). Segundo França (2012), o acontecimento desorganiza momentaneamente nosso presente e nos convoca a agir, na busca pela normalização. Para a autora, acontecimentos:

são fatos que ocorrem a alguém; que provocam a ruptura e desorganização, que introduzem uma diferença. Eles fazem pensar, suscitam sentidos, e fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e *re-posicionam* o futuro (FRANÇA, 2012, p. 14)

A emergência de um acontecimento faz emergir, em concomitância, um passado específico que lhe sirva de causa, orientando a interpretação acerca do ocorrido.

Quando um acontecimento se produz, tratamo-lo como um facto no mundo, situável no tempo e no espaço. Identificamo-lo através de uma descrição. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentamos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe <<valores de normalidade>> (tipicidade, comparabilidade com acontecimentos passados similares, previsibilidade à luz das possibilidades do contexto, necessidade de ocorrência, etc.). Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial (QUÉRÉ, 2005, p. 66)

Para se recobrar ocorrências pretéritas, são convocados quadros coletivos de memória (BABO-LANÇA, 2012). Estes, por sua vez, estão assentados em lembranças do passado que indicam estabilidade e generalidade. Ao passo que novas ocorrências vão ocupando o cenário social, alguns fatos vão sendo esquecidos ou, em alguma medida, ignorados para dar lugar ao que se torna pulsante no presente. Dessa forma, “o esquecimento, ou a deformação de certas recordações, também se explica pelo fato de os quadros sociais da memória se modificarem em função de circunstâncias, tempos, épocas, convenções.” (BABO-LANÇA, 2012, p. 56). Assim sendo, um determinado acontecimento pode convocar elementos distintos relativos a sua memória, a depender do encadeamento contextual no qual se inscreve. As mídias, por exemplo, são uma importante instância de instituição de memória, atuando de forma seletiva no resgate do passado. Significa dizer que nem todas as ocorrências serão rememoradas pelos meios

de comunicação, mesmo estando atreladas diretamente ao campo de experiência de um acontecimento. Por esta razão, o passado que as mídias nos apresentam são resultado de escolhas estabelecidas em função de critérios variados:

O passado nos é restituído, no sentido pragmático de explorar (inquirir) a evenemencialidade do mundo e *constituí-lo*, ao constituir a memória do mesmo, mas também em função dos critérios jornalísticos e dos *frames* da imprensa: sínteses, filtragens, exigências retóricas e semânticas, informações jornalísticas disponíveis, imagens, testemunhos filtrados, notícias normalizadas e adaptadas a rubricas e seções, narrativas híbridas (informação, comentário, opinião, etc.) [...] (BABO LANÇA, 2012, p. 60)

É por este caminho que procederemos neste trabalho: interpelados pela individualização do acontecimento Mariana, buscamos compreender qual o passado de desastres ambientais com barragens no estado foi selecionado pelas mídias para compor a narrativização deste acontecimento e, dessa forma, indicar como se processou a normalização de tais eventos passados.

2 As mídias e as Minas

Quando um acontecimento, como em Mariana, é dotado de uma intensa força de irrupção, as mais diversificadas instâncias midiáticas passam a acompanhá-lo em tempo real na busca por apreender sentidos, apontar culpados, estabelecer causas e projetar punições e prevenções. Fosse zapeando pelos canais de TV ou visitando diferentes sites jornalísticos, Mariana despontava (ainda desponta, em certo sentido) como um dos principais assuntos – gerando repercussão midiática e mobilizando nossas conversas rotineiras. Em meio a estas interpelações, algumas reportagens que rememoravam outras ocorrências semelhantes em Minas Gerais foram veiculadas e difundidas. Para compreender, portanto, este passado com barragens, revisitado pela mídia, elencamos duas reportagens televisivas, exibidas em 6 de novembro, dia seguinte ao rompimento: uma matéria do Bom Dia Brasil, da TV Globo² (que também foi veiculada pela GloboNews³ no mesmo dia, com uma versão ampliada); e uma matéria do telejornal

² Disponível em <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/11/06.html>. Acesso em 01/12/2015.

³ Disponível em <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/relembre-outros-casos-de-rompimento-de-barragens-em-minas-gerais/4590341/>. Acesso em 01/12/2015.

Repórter Brasil⁴, da TV Brasil. Em se tratando de reportagens online, três foram coletadas: uma matéria do jornal *O Tempo*⁵, publicada no dia do acontecimento de Mariana; e duas reportagens online do G1 Zona da Mata: a primeira delas foi publicada em 6 de novembro e trata de uma barragem em Cataguases⁶, enquanto a outra é datada de 7 de novembro e trata de caso similar com barragem em Mirai⁷. Apesar de reconhecer a relevância das cinco dimensões elencadas por França (2009) no processo de individuação do acontecimento, atentamo-nos para a descrição, a narrativização e a normalização dos acontecimentos passados evocados a partir de Mariana nestes conteúdos midiáticos anteriormente citados. A seguir, apresentamos tais análises.

2.1. Descrição

Em primeiro lugar, no que se refere à descrição do acontecimento, em todas as reportagens a ocorrência de Mariana e os casos anteriores foram enquadrados sob o aspecto de “acidente”, que aparecia literalmente descrito ou dito no decorrer das matérias: *O Tempo* trouxe a inscrição “ACIDENTES” em vermelho, para abrir uma seção dedicada à memória do estado em relação a rompimento de barragens, assim como TV Brasil convida seu público para que “relembre acidentes” com barragens (imagem 1). Já no Bom Dia Brasil, a repórter afirma que o caso de Mariana “não foi o primeiro acidente com barragens no estado” ao anunciar a matéria com a recapitulação dos casos. O uso do termo “acidente” elucida a visada pretendida pelos veículos de comunicação, circunscrevendo todas as ocorrências sob o espectro da imprevisibilidade, do nível da ruptura, do abrupto incontrollável.

⁴ Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/11/acidentes-em-barragens-de-mineracao-ja-causaram-tragedias-em-minas-gerais>. Acesso em 01/12/2015.

⁵ Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/minas-j%C3%A1-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>. Acesso em 01/12/2015.

⁶ Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/11/em-cataguases-barragem-rompida-foi-desativada-apos-acidente-em-2003.html>. Acesso em 01/12/2015.

⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/11/zona-da-mata-ainda-se-recupera-de-rompimento-de-barragem-ha-9-anos.html>. Acesso em 01/12/2015.

Imagem 1: Parte superior da versão online de *O Tempo*; e chamada para a reportagem da TV

The image shows the top portion of the O Tempo website. At the top left, the logo 'O TEMPO' is displayed above the word 'CIDADES'. A search bar is located to the right. Below the logo, there is a navigation menu with tabs for 'CAPA', 'SUPERFC', 'CIDADES', 'DIVERSÃO', 'INTERESSA', and 'MAIS'. Underneath this, there are sub-tabs for 'Trânsito', 'Aeroportos', and 'Tempo'. A 'Especiais' section lists various topics. The main headline reads 'ACIDENTES Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens'. Below the headline, there is a short introductory paragraph. To the right of the article preview, there is a social media sharing section with icons for Facebook, Google+, Twitter, and Print. The article title is 'Ao menos 35 barragens de MG têm estrutura insegura; relembre acidentes'. Below the title, it says 'Criado em 07/11/15 12h04 e atualizado em 07/11/15 12h18' and 'Por Repórter Brasil Fonte: TV Brasil'.

Brasil/Fonte: Jornal *O Tempo* online e site da TV Brasil

Em relação às reportagens de TV, o caso é também categorizado como “acidente”, bem como os outros acontecimentos passados similares recebem a mesma inscrição de sentido. Denominar tais ocorrências de acidente exime possíveis culpados por negligência em relação à conservação e manutenção das barragens. Um acidente ocorre devido à impossibilidade de controlar seus fatores causadores. Chamar de acidente, portanto, significa afirmar que não existiam meios de se evitar o ocorrido (o que tem levantado questionamentos e tensões entre os públicos suscitados por este acontecimento) ou, pelo menos, que não houve qualquer intencionalidade por nenhuma das partes envolvidas.

2.2 Narrativização

Em se tratando da narrativização, o caso de Mariana despertou outras ocorrências similares e, assim, o acontecimento foi circunscrito numa temporalidade na qual se edifica como o ponto final de uma sequência de fatos parecidos. O acontecimento no presente determinou a convocação de um passado de tragédias – tanto que as reportagens televisivas e os sites jornalísticos foram compostos por uma abertura/introdução que localizava a situação de Mariana e, a partir dela, recuperava as outras ocorrências, ou seja, a força do acontecimento, no presente, solicitou casos similares que pudessem ajudar a compreender o caso de Mariana.

As reportagens de TV evocaram os mesmos acontecimentos: rompimento da barragem da Mineração Rio Verde, em 2001, em Nova Lima; em 2007, a barragem da Mineradora Rio Pomba-Cataguases, em Miraflores; e, por fim, rompimento da barragem da

Herculano Mineração, em Itabirito, em 2014. O passado convocado pelo acontecimento de Mariana difere ao ser comparado com os sites de notícias consultados. No site da TV Integração (G1 Zona da Mata), logo no dia seguinte ao rompimento foi publicada uma reportagem sobre uma barragem rompida em Cataguases, em 2003. Entretanto, como explicado na matéria, não se tratava de rejeitos minerais, e sim de rejeitos de uma empresa produtora de celulose, a Indústria Cataguases de Papel. É interessante notar que a reportagem construiu visualmente uma narrativização (imagem 2), apresentando fotografias da barragem em diferentes épocas, intercaladas a blocos de textos, e mostrando evolução do local da barragem. Desse modo, a reportagem buscou indicar como se deram as reverberações do acontecimento e quais medidas foram efetivamente praticadas após a emergência do fato, em 2003: além de demonstrar que o perigo de novos rompimentos foi abolido, tal procedimento subentende a atuação da empresa no processo de recuperação das áreas atingidas (partindo de uma imagem da barragem com o licor negro até se chegar a uma imagem do mesmo local, agora tomado por vegetação).

Imagem 2: A construção narrativa do caso da barragem de Cataguases



O município de Cataguases teve vazamento de 'licor negro' após rompimento de barreira em 2003. A foto acima foi tirada no dia 28/11/2008 (Foto: Cataguases de Papel/Arquivo Pessoal)



Depois do acidente, as barragens foram esvaziadas. Esta foto é do dia 5/08/2010 (Foto: Cataguases de Papel/Arquivo Pessoal)



Lagoas foram desativadas depois que medidas foram tomadas. A foto é de 15/12/11 (Foto: Cataguases de Papel/Arquivo Pessoal)



Foto das lagoas revegetadas na área do acidente, tirada em 12/04/2013 (Foto: Cataguases de Papel/Arquivo Pessoal)

Fonte: G1 Zona da Mata

Apenas no dia 7 de novembro o site publicou uma reportagem sobre a barragem de Miraí, rompida em 2007. Uma provável razão para conceder primeiramente espaço de divulgação a um acontecimento que não envolvia minério pode ser o interesse em demarcar que, no estado, há inúmeras outras barragens e elas também são responsáveis por rupturas na ordem social e merecem atenção e vigilância. Do mesmo modo como na reportagem do dia anterior, G1 Zona da Mata estruturou uma narrativa imagética ao intercalar fotografias na página: a primeira traz a barragem rompida; a segunda mostra o rio tomado pela lama; já a terceira apresenta a atual situação do rio – como que desenvolvendo visualmente a intriga que atingiu Miraí e Muriaé em 2007 (imagem 3).

Imagem 3: Narrativização do rompimento da barragem da mineradora Rio Pomba-Cataguases, em Mirai



Fonte: G1 Zona da Mata

Na TV Brasil, a reportagem se inicia com a afirmação de que “Minas Gerais tem 750 barragens para despejo de resíduos, por exemplo, da indústria e de destilarias de álcool. Mas a maioria é utilizada por mineradoras.” Já na reportagem do Grupo Globo, os acontecimentos são rememorados sem maiores detalhes, apenas como pontos do passado que são elucidados no presente. Tal supressão de maiores detalhes pode estar atrelada ao imediatismo da ocorrência de Mariana: o material foi veiculado no dia seguinte à tragédia, num momento em que as causas de outras tragédias não eram o foco midiático, e sim as reverberações da ruptura vivida no presente.

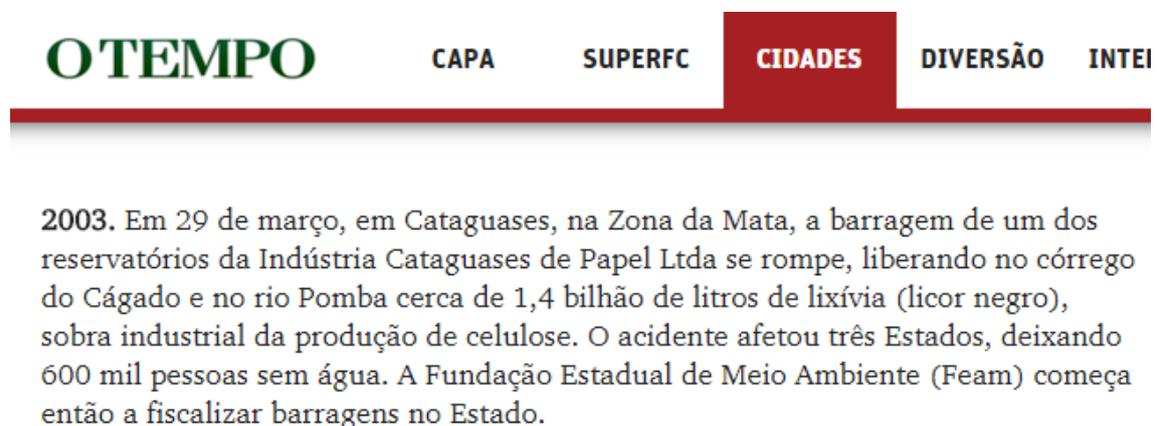
Mas é na reportagem de *O Tempo* que se encontra a versão mais completa de retomada de ocorrências desta natureza. O jornal estabelece uma breve cronologia destes casos, apontando o primeiro deles em 1986, além de incluir o caso de Cataguases e uma ocorrência em Itabirito que não fora citada em nenhuma outra reportagem (a morte de um operário da empresa Vale após o desabamento de um túnel numa mineradora) e finaliza com ocorrências em outros países. Dessa forma, o campo de experiência retomado pelo jornal é significativamente mais amplo que o convocado pelas outras mídias, mesmo tendo sido publicado logo no dia do acontecimento de Mariana.

Como já indicado em momento anterior, o acontecimento tem um caráter de afetação, ou seja, “ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reacções e respostas mais ou menos apropriadas.” (QUÉRÉ, 2005, p. 61). Quando da ocorrência do rompimento da barragem de Cataguases, por exemplo, segundo publicação do jornal *O Tempo*, uma das providências tomadas foi a inspeção das outras barragens do estado (imagem 4), a fim de evitar novos desastres como o ocorrido na

cidade. A intensidade do acontecimento e as graves conseqüências ambientais foram fatores decisivos para esta tomada de decisão e se caracterizaram como uma resposta ao acontecimento. A prática da fiscalização de barragens, ao ser instaurada, buscou evitar novos casos similares, tentando eliminar do horizonte de expectativas um novo evento com a mesma proporção de estragos. A resposta, portanto, está intimamente ligada ao futuro do acontecimento, pois “o nosso poder de ação sobre o acontecimento é limitado, já que, uma vez realizado, não temos o poder de o modificar, de fazer com que ele não tenha sido o que foi” (QUÉRÉ, 2005, p. 68).

O jornal, ao rememorar esta medida, sinaliza para uma importante ponderação: já que desde o acidente em Cataguases, no ano de 2003, as barragens mineiras passaram a ser fiscalizadas, a tragédia em Mariana nos suscita dúvidas: ou a fiscalização de fato ocorreu e houve negligência por parte de determinados segmentos (como a própria empresa mineradora), ou a fiscalização não se tornou uma prática efetiva nas barragens do estado e tão logo normalizada a ocorrência de Cataguases, a vigilância possivelmente fora abrandada.

Imagem 4: Trecho da reportagem do jornal *O Tempo*, citando a barragem de Cataguases



Fonte: Jornal *O Tempo*

Já na TV Brasil, a repórter enfatiza que um dos casos – o da Herculano Mineração – havia sido autuado pelo Ministério Público 28 vezes, devido à “falta de programas de gerenciamento de risco”. Tal informação deixa claro o interesse da reportagem em afirmar o empenho de órgãos competentes na fiscalização de barragens, mas haveria uma negligência das empresas do ramo.

2.3 Normalização

Por fim, é importante dizer que nenhuma das reportagens televisivas explicita a atual situação das cidades já atingidas por rejeitos de barragens. Os casos são reapropriados, trazidos à luz do presente, mas não há indicações sobre como se deu o processo de normalização de tais acontecimentos. Apenas se retoma o ápice do ocorrido, o ponto temporal em que se deu a brusca ruptura na cotidianidade. O mesmo sucede com a reportagem online de *O Tempo*. Dessa forma, as mídias de projeção nacional e estadual apenas citaram acontecimentos passados, resumindo-se em construções cronológicas dos acontecimentos (produzem uma espécie de linha do tempo de tragédias com barragens), sem ponderar suas causas ou reverberações.

Porém, as matérias do G1 Zona da Mata são os grandes exemplos de normalização dos acontecimentos: uma delas afirma que a Zona da Mata “ainda se recupera de rompimento de barragem há 9 anos” e que “Rio Muriaé assoreou [...] Até hoje não tiraram essa argila, que está sedimentada ali”. Na reportagem sobre Cataguases, há uma subseção intitulada “Realidade após 12 anos do acidente”, na qual se diz que “os prejuízos sociais e ambientais foram minimizados” e “Não houve muitos danos ambientais no Rio Pomba, pois o rio absorveu bem o efluente que atingiu as águas na zona rural da cidade”. Tal distinção nos dá a ver que as ocorrências envolvendo mineração geram danos mais impactantes e levam maior tempo para serem normalizados, ao contrário dos rejeitos da celulose. A normalização destes acontecimentos passados, quando destacada, indica um horizonte de expectativas para o caso de Mariana. É como se a mídia regional assumisse que, tal qual sucedera em outros momentos da história, o futuro reserva uma gradativa recuperação das áreas afetadas. Além disso, a mídia regional (no caso, o site G1 Zona da Mata) explicitou nas duas reportagens o atual presente das localidades afetadas, de modo a prestar contas à localidade onde se inscreve. A mídia é mais uma das instituições constituintes da esfera social, sendo um “espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma” (FRANÇA, 2012, p. 12). Enquanto as mídias nacionais abarcam o acontecimento a partir de seus pontos de incidência, sem problematizá-los em profundidade, a mídia regional consagrou-se como o espaço do esclarecimento

detalhado (nestes casos em específico), pois dialoga diretamente com públicos atingidos e mobilizados por tais acontecimentos.

Em última instância, deve-se vislumbrar que a análise não se ateu às outras dimensões da individuação do acontecimento por uma questão de recorte analítico, mas todas as dimensões se apresentam nas notícias elencadas. Entretanto, nosso foco era investigar o passado de desastres ambientais em Minas e qual futuro essas recordações parecem sinalizar.

Considerações finais

[...] ao ser apreendido enquanto passado, o acontecimento pertence ao domínio das ideias, deixando o domínio da existência. [...] De acordo com a afirmação de Mead (1932, p. 46), logo que o acontecimento se produziu, empenhamo-nos em “mostrar que ele pode ser encontrado no passado que está em sua retaguarda”. De fato, é “voltados para trás” que produzimos a inteligibilidade dos acontecimentos. (QUÉRÉ, 2012, p. 26)

Vera França (2012, p. 13), em referência a Quéré, nos diz que o acontecimento “faz-nos olhar para trás, olhar diferentemente para trás, e indagar: onde ele estava anunciado e não foi percebido? De onde ele vem, e que causas vieram a provocá-lo?”. Atentando-nos para os casos já vividos em Minas Gerais, percebe-se uma recorrência de barragens rompidas – as de minério são as que mais recebem projeção midiática, apesar de haver citações a outras situações, como a barragem de rejeitos de celulose, em Cataguases.

O caso de Mariana, portanto, não é uma ocorrência pontual no estado e, ao ser deflagrado, tal acontecimento fez reviver casos similares enfrentados por outras cidades. Ao rememorar tais fatos, as mídias buscaram indicar o campo de experiências já vivido no estado em se tratando de desastres com barragens para, assim, sinalizar que o horizonte de expectativas que se esboça é preocupante: tragédias se sucederam temporalmente e, mesmo assim, inúmeras barragens seguem com problemas de manutenção e controle (TV Brasil afirma que “ao menos 35 barragens de MG têm estrutura insegura”). É preciso alçar a discussão ao nível de problema público – uma das dimensões da individuação do acontecimento – e mobilizar instâncias diversas no combate e prevenção das desordens ambientais. Desse modo, o acontecimento Mariana

– bem como os anteriores – desperta a opinião pública para o debate sobre a devastação do meio ambiente, a exploração das riquezas minerais de maneira desenfreada e irregular, bem como os impactos sócio-econômicos produzidos pela mineração.

Mariana se tornou a maior tragédia ambiental do país. Os outros rompimentos também tiveram efeitos drásticos. Foram acontecimentos que modificaram a ordem econômica, social e política dos lugares onde ocorreram e afetaram a dinâmica produtiva destas comunidades. Um acontecimento, como ponderado ao longo destas páginas, tem o potencial de descortinar possíveis desdobramentos, abrindo uma gama de expectativas. O que será de Mariana e seus atingidos? O que será feito para a recuperação dos lugares mais afetados? Como se dará a adaptação das pessoas em novos lugares e como será recomeçar a vida formando novos laços sociais em outros arredores? Que parte da identidade individual e coletiva poderá ser resgatada e mantida, mesmo com a lama tendo carregado pertences materiais e, no pior dos casos, carregado vidas? Como em qualquer acontecimento, apenas o tempo será capaz de responder tais questionamentos. O mesmo tempo que, hoje, nos permite olhar para Cataguases e Miraf, por exemplo, e dizer que estas cidades se viram obrigadas a se adaptar ao caos vivido à época dos desastres ambientais e se normalizar diante da necessidade de recomposição local.

O acontecimento “cria um passado porque surge a questão de saber o que o provocou e condicionou e cria um futuro porque há interesse por suas potencialidades e suas conseqüências, ou seja, por seu significado, e porque se pretende, em maior ou menor grau, controlar sua reparaçãõ.” (QUÉRÉ, 2012, p. 27). As mídias se recordaram de acontecimentos passados para atrelá-los ao caso de Mariana, inscrevendo-os numa narrativização e buscando evitar novos percalços da mesma proporção.

Pierre Nora (2002) estima que é nossa incerteza em relação ao futuro que ocasiona nossa insistência na retenção. Hoje, a incerteza sobre o que será o futuro produz no presente uma imposição da lembrança – o “dever de memória” –, numa época em que o homem dispõe de meios técnicos de conservação sem precedentes. (BABO-LANÇA, 2012, p. 63)

Valer-se desta memória deve ser um motivo para combate, prevenção e monitoramento das outras barragens no estado, de modo que não seja necessário

noticiar ocorrências futuras e, ao olhar para o passado, notar que elas já foram sinalizadas na ordem da sociedade, configurando-se em “tragédias anunciadas”.

Referências

BABO-LANÇA, I. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos**: revista de comunicação, cultura e educação, Lisboa, n.6, p.85-94, 2005.

_____. Acontecimento e memória. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 55-65. 2012

DEWEY, J. **Ter uma experiência**. In: BOYDSTON, Jo Ann (org.). Arte como Experiência. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANÇA, V. R. V. O crime e o acontecimento midiático. In: SOPCOM, 6., 2009. **Anais do VI SOPCOM**. Lisboa, Universidade Lusófona, 2009, p.1-20.

_____. O acontecimento e a mídia. In: **Galáxia**, São Paulo online, n 24, p. 10-21, dez. 2012.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 39-51. 2012

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 21-38. 2012

_____. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – departamento de Sociologia. Seção de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, p.59-75, 2005.

SIMÕES, P. G. O acontecimento e o campo da Comunicação. In: FRANÇA, V. R. V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. (Orgs.). **Teorias da comunicação no Brasil**: reflexões contemporâneas. Salvador: Edufba, p. 173-196. 2014